

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

1. OBJETO

Constitui objeto da presente Orientação Técnica Específica a explicitação de informações complementares relativas aos critérios de elegibilidade, compromissos e majorações no âmbito das ações infra referidas da medida 7 «Agricultura e Recursos Naturais», de acordo com o disposto nos respetivos regulamentos de aplicação:

- i. Ação 7.1 «Agricultura Biológica»
- ii. Ação 7.2 «Produção Integrada»
- iii. Ação 7.3 «Pagamentos Rede Natura»
- iv. Ação 7.4 «Conservação do Solo»
- v. Ação 7.6 «Culturas Permanentes Tradicionais»
- vi. Ação 7.7 «Pastoreio Extensivo»
- vii. Ação 7.10 «Silvoambientais»

2. MATÉRIAS OBJETO DE EXPLICITAÇÃO

2.1 AÇÃO 7.1 «AGRICULTURA BIOLÓGICA» E AÇÃO 7.2 «PRODUÇÃO INTEGRADA»

Para os compromissos previstos no art.º 11.º e no art.º 14 do regulamento de aplicação destas ações, aprovado pela Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, esclarecem-se os seguintes pontos:

2.1.1 Registo de atividades

O registo de atividades previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 11.º e na alínea c) do n.º 1 da Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, é efetuado através do preenchimento do caderno de campo, existindo um modelo para preenchimento (Anexo I), bem como as respetivas instruções de preenchimento (Anexo II) disponíveis no balcão do beneficiário/site do PDR2020.

Os cadernos de campo devem permitir um historial da exploração ao nível de cada parcela/zona homogénea, de cada cultura e de cada lote de animais, possibilitando a comparação entre anos diferentes e um mais fácil planeamento, com base na previsão de ocorrências. Permite, por exemplo, ter informação para o futuro em aspetos como: as datas mais prováveis para os estados fenológicos das culturas; quantidade de água (pelo registo dos gastos) necessária para uma determinada cultura; as ocorrências sanitárias e carências prováveis, facilitando o

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nos zonas rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 1 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

aprovisionamento em fatores de produção e a calendarização de tarefas; as visitas de controlo e de assistência técnica, bem como as medidas aconselhadas pelo técnico assistente.

Caso o beneficiário assim o pretenda, poderá utilizar cadernos de campo próprios, os quais devem ser produzidos digitalmente em processador de texto ou folha de cálculo. Devem ser apresentados em impressão, podendo os dados introduzidos ser em formato manuscrito em maiúsculas para melhor legibilidade. Estes documentos devem ser apresentados em pasta ou *dossiers* exclusivos.

Os cadernos de campo próprios devem conter a seguinte informação:

- Identificação do beneficiário, incluindo nome NIF, NIFAP, morada, contactos, freguesia, concelho, DRAP;
- Identificação do Organismo(s) de Controlo e Certificação e identificação do(s) técnico(s) que prestem assistência técnica;
- Ano a que se refere o caderno de campo; modo(s) de produção efetuado(s) e em que componente(s) (vegetal, animal) com identificação das áreas e cabeças normais (CN) respetivas;
- Uma folha de índice discriminando a lista completa das componentes do caderno de campo e dos tipos de documentos anexados;
- As componentes do caderno de campo numeradas de acordo com o índice referido na alínea anterior;
- Os documentos anexados segundo a ordem definida no referido índice.

Dos documentos a anexar é obrigatório constar: cópia de contrato com o OC; boletins de análise de terra, água e material vegetal; faturas ou outros documentos comprovativos de aquisição e utilização de fatores de produção, (como p.e. produtos fitofármacos, matérias fertilizantes, alimentos para animais, medicamentos, produtos de limpeza e desinfeção, embalagens, entre outros); certificados ou outros documentos emitidos pelo OC. Quando exista efetivo pecuário deve ainda ser anexado o livro de registo das existências e deslocações e o livro de registo de medicamentos.

De seguida apresentam-se as orientações consideradas suficientes para garantir que a informação mínima exigível está presente nas componentes principais

No que se refere à **caraterização/planificação da área sob compromisso da exploração**, a mesma pode ser efetuada em formato à escolha, mas contendo obrigatoriamente a lista de parcelas (e estando anexado o iE), subparcelas e zonas homogêneas definidas (a que se atribui sequência com letras maiúsculas).

Para cada uma destas subunidades deve ser indicado: a área, a textura do solo, o modo de produção [Convencional (CV), Produção Integrada (PRODI), Agricultura Biológica (AB), Conversão para AB de 1º ano (C1),

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 2 de 50

 <div>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</div> <div>GUIA DO BENEFICIÁRIO</div>	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Conversão para AB de 2º ano (C2), Conversão para AB de 3º ano (C3)], a cultura/variedade ou casta; a rotação de culturas prevista.

Para cada uma destas subunidades, facultativamente pode ainda ser incluída informação sobre as medidas preventivas previstas no âmbito da fitossanidade [exemplos: bordaduras ervadas (BORD), bandas de compensação ecológica (BCE), refúgios para fauna selvagem (REF), sebes vegetais (SEB), variedades resistentes (RES), podas de arejamento (P.AR), introdução de auxiliares (I.AUX), etc.] e as práticas prioritárias previstas para conservação do solo [exemplos: enrelvamento (ENR), mobilização mínima (M.MÍN), sementeira direta (SEM.D), curvas de nível (C.NÍV), cobertura vegetal do solo (COB), etc.]

Os registos da componente vegetal são efetuados por zonas homogéneas. A zona homogénea tanto pode corresponder a parte de uma parcela, como a mais do que uma parcela. Tanto quanto possível deve ser delimitada com base:

- No caso das culturas arbóreas e arbustivas, no conjunto de parcelas/subparcelas, representativas das seguintes características dominantes: natureza do solo, topografia, exposição, idade das árvores/arbustos e técnicas culturais;
- No caso das culturas anuais, no conjunto das parcelas/subparcelas, representativas das seguintes características dominantes: natureza do solo, topografia, declive, drenagem e passado cultural.

Numa mesma zona homogénea não podem coexistir área em conversão e área em produção biológica.

Cada zona homogénea deve ser identificada na coluna "Zona Homogénea" por letras maiúsculas de forma sequencial, as quais devem ser utilizadas também nas folhas seguintes. A numeração sequencial das parcelas deve seguir, sempre que possível, a numeração efetuada no âmbito do Pedido Único (PU) e deve manter-se, sempre que possível, essa numeração durante o período do compromisso.

Quando existe **efetivo pecuário**, a caracterização do mesmo é efetuada em formato à escolha, mas contendo obrigatoriamente a lista de espécies/raças, os grupos homogéneos definidos, o modo de produção, o nº de cabeças (naturais e normais), o plano alimentar, incluindo parcelas pastoreadas (por tipos: pastagem permanente, superfície forrageiras a temporária) e tipos de alimentos e quantidades (incluindo forragens, alimentos compostos e outras matérias primas); e ainda finalidade da produção.

Os registos da componente animal são efetuados por grupos homogéneos. O grupo homogéneo deve ser delimitado com base: grupo de animais existentes na exploração com características semelhantes de espécie e raça, cujo manejo é efetuado em termos de lote.

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Quando o efetivo seja inferior ou igual a 10 cabeças normais (CN), o grupo homogéneo pode ser delimitado apenas pela espécie, independentemente da raça.

Quando o efetivo seja inferior ou igual a 10 cabeças normais (CN) e constituído por pequenos ruminantes, havendo duas espécies e sendo uma delas inferior a uma proporção de 25% do efetivo total, as mesmas podem constituir o mesmo grupo homogéneo.

Num mesmo grupo homogéneo não podem coexistir animais em conversão e animais em produção biológica.

Cada grupo homogéneo deve ser identificado na coluna "Grupo Homogéneo", através da atribuição de maiúsculas de forma sequencial, a qual deve ser utilizada no preenchimento dos quadros seguintes.

É obrigatório existir um **registo das intervenções efetuadas nas atividades vegetais**. Este registo poderá ser realizado num só quadro à semelhança do proposto no modelo de caderno de campo divulgado ou, em alternativa, poderá ser efetuado em diversos quadros que agrupam os diferentes tipos de intervenções (por exemplo: quadro de fertilizações, quadro de operações culturais, quadro de tratamentos fitossanitários, quadro de estimativa de riscos, etc.). Deve ser sempre assegurada uma estrita ordem cronológica dentro do quadro ou quadros. Deve ainda estar indicada a zona homogénea a que se referem os registos e a variedade ou cultura realizada, a área, o tipo de rega, caso exista e a situação no que se refere à conversão ao modo de produção biológico.

Intervenções a registar na lista única ou em listas distintas: operações culturais de controlo de infestantes; irrigação e fertirrigação; fertilização; tratamento fitossanitário.

Para cada intervenção deve ser registado: a data, o estado fenológico, no caso de uma só cultura (por exemplo: perene, cultura arvense), ou cultura, no caso de culturas hortícolas, a justificação da operação, a estimativa do risco (no caso de colocação de armadilhas de monitorização, indicar a sua localização através do n.º de parcela) no caso dos tratamentos fitossanitários.

Não sendo obrigatório recomenda-se que se registre o responsável pela intervenção e o n.º de horas. Note-se que o registo do responsável pela aplicação de produtos fitossanitários e a respetiva assinatura são obrigatórios desde 2010, devendo existir uma coluna para efetuar este registo.

No caso de rega diária com dotações constantes, basta indicar apenas as datas do início e do término e as alterações intermédias dos débitos. As dotações de rega também estão sujeitas a justificação. Não sendo obrigatório, recomenda-se que sejam anotados o nome do operador e/ou aplicador e registada a área trabalhada e a duração da tarefa em horas ou em dias.

Devem ainda ser registadas as visitas do técnico assistente e/ou do organismos de controlo (OC) (com nome e rubrica do técnico assistente e/ou do técnico do organismo de controlo).

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 4 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Quando o técnico do organismo de controlo (OC) registar não-conformidades no seu relatório, deve existir local para colocar essa observação. Deve igualmente ser possível registar as recomendações do técnico de assistência técnica (AT).

Quando existe **efetivo pecuário** é obrigatório existir um registo das diferentes intervenções, que poderá ser realizado num só quadro à semelhança do proposto no modelo de caderno de campo divulgado, ou, em alternativa, poderá ser efetuado em diversos quadros que agrupam os diferentes tipos de intervenções, devendo ser assegurado uma ordem cronológica dentro de cada lista ou listas. Deve ainda estar indicado o grupo homogêneo a que se referem os registos e a espécie animal.

Intervenções e ocorrências a registar na lista única ou em listas distintas:

- Alteração do número de animais: registar os nascimentos e mortes ocorridos num período de tempo pré-definido (ex.: quinzenalmente, mensalmente). Poderá remeter para o registo do Livro de Registo de Existências e Deslocações;
- Tipo de alimentação fornecida e quantificação: Registar apenas as alterações ocorridas, isto é, o início de uma determinada dieta e os dias em que haja alteração da dieta anteriormente registada. Sempre que iniciar uma dieta com um alimento composto, indicar a proporção dos vários ingredientes;
- Operações Gerais e Gestão de efluentes como por exemplo: cortes de cauda, tosquiagem, estabulação, arganéis, cortes de bicos, manutenção de estruturas, períodos de acesso a áreas de movimentação livre;
- Controlo Sanitário (método/medida de controlo sanitário, produto e/ou substância ativa, posologia e quantificação). Poderá remeter para o registo do Livro de Registo de Medicamentos, ou para o Plano de Profilaxia Médica e Sanitária.

Para cada intervenção deve ser registado: a data, a justificação da intervenção, o tipo de intervenção efetuado, com a devida quantificação sempre que aplicável e o número de animais. Não sendo obrigatório, recomenda-se o registo do responsável (operador ou tratador) pela intervenção e n.º de horas trabalhadas.

Devem ser igualmente registadas as visitas do médico veterinário e do técnico assistente e/ou do organismos de controlo (OC) (nome e rubrica, no caso dos dois últimos).

Neste(s) quadro(s), sempre que os registos solicitados já constem de documentos oficiais obrigatórios, bastará remeter para a página do documento oficial em questão. Por exemplo, remeter para consulta para as páginas do Livro de Registo de Existências e Deslocações.

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Quando o técnico do organismo de controlo (OC) registar não-conformidades no seu relatório, deve existir local para colocar essa observação. Deve igualmente ser possível registar as recomendações do técnico de assistência técnica (AT).

É também obrigatório o **registo de aquisições e/ou entradas** de todos os fatores de produção, aplicados na área de compromisso. Podem ser produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, rações, sementes, etc. e devem ser designados pelo seu nome comercial. Adicionalmente deve ser indicado o tipo de produto (ex.: adubo, corretivo, fungicida, desinfetante, etc.), o qual pode ser registado na coluna "Produto" ou na coluna "Observações".

Desse registo deve constar: data; tipo de produto; quantidade (e unidade); origem - identificar a origem quando o produto é proveniente do exterior da exploração devendo ser indicado o fornecedor, a exploração, a região e o país. Este registo é facultativo quando a origem esteja explícita em documento anexo; destino – identificar o local ou animais da unidade a que se destina: parcela, zona/lote homogêneo, transformação, armazém, etc.

Para facilitar a identificação, pode-se assinalar os documentos de compra com números sequenciais e colocar esse nº junto de cada registo deste anexo.

Em alternativa a este registo pode-se utilizar um inventário trimestral para cada categoria de fatores de produção (produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, rações, sementes, etc.) onde se inscreve o nome comercial e a quantidade (unidade). Este inventário deve ainda conter os campos para indicação das datas em que se efetuam atualizações.

É obrigatório apresentar um **plano de fertilização**, no qual se pretende que o beneficiário apresente a estimativa dos fertilizantes a aplicar, com base nos resultados dos boletins de análises e nas produções esperadas. Deve ser elaborado um plano por zona homogênea, se a diferença entre zonas homogêneas o justificar.

O plano de fertilização deve conter a seguinte informação para cada zona homogênea:

- Correções do solo (ex.: matéria orgânica, calcário, gesso, enxofre, argila, pó de rocha) - indicar o produto, a quantidade (e unidade) utilizada por hectare, a(s) época(s) prevista(s) e o respetivo fracionamento, o N fornecido por hectare e eventuais observações sobre práticas implementadas que visem a melhorias do estado de fertilidade do solo;
- Fertilização Azotada - a fertilização azotada deve ser calculada e planeada de forma a evitar excedentes e no seu cálculo devem ser contabilizados e deduzidos os principais fornecimentos secundários.

O azoto necessário será igual ao "Consumo estimado" menos os "Fornecimentos involuntários (kg N/ha)", calculando-se o consumo estimado da cultura (kg N/ha) para o nível de produção esperada (considerando no caso de hortícolas a cultura mais exigente) e calculando-se os fornecimentos involuntários (kg N/ha) como soma das seguintes frações:

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

- a. Azoto proveniente da mineralização da MO do solo (kg N/ha),
 - b. Azoto proveniente das correções orgânicas (kg N/ha),
 - c. Azoto proveniente de adubos verdes (kg N/ha),
 - d. Azoto proveniente da dose total estimada da água de rega (kg N/ha);
- iii. Fertilizantes previstos para aplicação - deve ser registado o produto aplicado, a quantidade (e unidade), a composição do produto em percentagem e em quantidade de macronutrientes e micronutrientes, a(s) época(s) prevista(s) e o respetivo fracionamento.

No anexo relativo ao **plano de boas práticas de higiene**, devem ser descritas, de forma sucinta, as medidas preventivas de carácter sanitário que o produtor planeia adotar em relação a cada um dos parâmetros referidos, quando aplicável, e o período de aplicação.

Os parâmetros a considerar são:

- i. Controlo de entrada na exploração: veículos (ex.: rodilúvio, arcos de desinfecção), pessoas (ex.: barreira física, pedilúvio, vestiário, outras), animais (ex.: barreira física /limites);
- ii. Limpeza e desinfecção dos veículos de transporte: produtos a utilizar na lavagem e na desinfecção, centro de lavagem e desinfecção (se utilizado);
- iii. Controlo de animais domésticos e selvagens: controlo de roedores e/ou de insetos;
- iv. Controlo da qualidade da água: proveniência / renovação, plano de análise de águas;
- v. Controlo da armazenagem dos alimentos;
- vi. Limpeza, lavagem, desinfecção e manutenção de alojamentos e equipamentos: lavagem e desinfecção de instalações, limpeza de equipamentos, vazio sanitário (ex.: instalações, rotação de pastagens);
- vii. Remoção de camas e dejetos: periodicidade, destino (espalhamento, compostagem, outros).

O **plano de reprodução** aplica-se a ovinos, caprinos, bovinos e suínos.

Neste anexo deve ser apresentada a seguinte informação para cada espécie ou grupo homogéneo:

- i. Maneio reprodutivo - indicar se os cruzamentos são indeterminados, de linha pura (indicando nesse caso a raça), ou industriais (indicando nesse caso a Raça do pai e a Raça da mãe).
- ii. Fêmeas – indicar os critérios para estabelecimento dos lotes, o método reprodutivo, a proporção de cobertura por época, ajustamento, ou não da época de partos; a época de cobertura/inseminação; a

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 7 de 50



GUIA DO BENEFICIÁRIO

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

longevidade reprodutiva máxima, a época de reinício da reprodução após o parto; a forma de assistência pós-parições e a forma de renovação do efetivo reprodutor.

- iii. Machos – Indicar os critérios de renovação do efetivo reprodutor, a idade para o início da atividade reprodutiva, o peso e condição corporal mínima no início do ciclo de cobrições e, para os animais de linha pura, a avaliação da aptidão para a reprodução.

2.1.2 Densidades de culturas permanentes

No caso de culturas permanentes, para além das densidades mínimas definidas no n.º 3 do art.º 11.º e no n.º 3 do art.º 14.º, da Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, os beneficiários dos apoios referidos, devem manter, durante todo o período do compromisso, as seguintes densidades por subparcela:

- i. Figueira-da-índia (*Opuntia ficus*) - 1.000 cladódios (palmas) por ha;
- ii. Medronheiro – 400 plantas por ha;
- iii. Mirtilos – 1.000 plantas por ha.

No caso da agricultura biológica são ainda considerados elegíveis os pomares de pinheiro manso para produção de pinhão e de castanheiro, em produção. Neste caso para além das densidades mínimas anteriormente definidas e das densidades mínimas definidas no n.º 3 do art.º 11.º, da Portaria n.º 25/2015, os beneficiários, devem manter, durante todo o período do compromisso, as seguintes densidades por subparcela:

- i. Pinheiro manso – 40 árvores por ha;
- ii. Castanheiro – 85 árvores por ha.

2.1.3 Formação específica homologada

Para cumprimento do compromisso previsto no n.º 4 do art.º 11 e no n.º 5 do art.º 14.º, da Portaria supra citada, os beneficiários devem concluir, no prazo de um ano após o início do compromisso, formação específica homologada. Sobre este assunto esclarece-se que:

- i. O beneficiário, individual ou coletivo, pode delegar a formação em terceiros, desde que exista um vínculo contratual entre ambos (contrato laboral), que deve ser apresentado aquando da formalização da candidatura no Pedido Único (PU). No caso de agricultura familiar, o compromisso da realização da formação específica homologada, pode ser assegurado por um membro do agregado familiar que exerça atividade agrícola na exploração.



Patricia Cotrim

A GESTORA: Patrícia Cotrim

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014·2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

- ii. Ficam excecionados da formação específica homologada, os beneficiários que sejam detentores de licenciatura em ciências agrárias, ou cursos de nível IV ou equivalente, de que tenha resultado a aquisição de competências, respetivamente na área da produção integrada e agricultura biológica

2.1.4 Assistência Técnica - Majoração

Para efeitos da majoração no apoio prevista no n.º 1 do art.º 17.º, da Portaria n.º 25/2015, de 9 de fevereiro, é necessária a existência de um contrato de assistência técnica. O contrato celebrado entre beneficiário e a associação de agricultores, ou organização de produtores deverá conter a seguinte informação:

- Identificação de ambas as partes (NIF)
- Identificação dos técnicos que irão prestar a assistência técnica (NIF)
- Identificação da exploração e modo de produção praticado
- Data de início do contrato de assistência técnica
- Quando o beneficiário recorreu a assistência técnica desde data anterior à da formalização do contrato, a minuta do mesmo deve incluir uma cláusula, a discriminar a data de início desse serviço de assistência técnica.

2.2 AÇÃO 7.3 «PAGAMENTOS REDE NATURA»

2.2.1 Plano de gestão de pastoreio de baldio

Para efeitos do cumprimento do critério de elegibilidade da operação 7.3.2 «Apoio Zonal Peneda-Gerês» - «Gestão do pastoreio em áreas de baldio», previsto na subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do art.º 18.º do regulamento de aplicação aprovado pela Portaria n.º 56/2015 de 27 de fevereiro, o beneficiário é obrigado a possuir um plano de gestão de pastoreio de baldio para a superfície candidata, aprovado pelo ICNF, existindo um modelo para preenchimento (Anexo III), bem como as respetivas instruções de preenchimento (Anexo IV) disponíveis no balcão do beneficiário/site do PDR2020.

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

2.2.2 Registo de atividades

O cumprimento dos compromissos da operação 7.3.2 «Apoio Zonal Montesinho-Nogueira»; «Apoio Zonal Douro Internacional, Sabor, Mações e vale do Côa» - «Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio», previstos nas alíneas a) e c) do art.º 24.º do regulamento de aplicação aprovado pela Portaria n.º 56/2015 de 27 de fevereiro, é efetuado através do preenchimento de registo de atividades, existindo um modelo para preenchimento (Anexo V e VI), bem como as respetivas instruções de preenchimento (Anexo IX) disponíveis no balcão do beneficiário/site do PDR2020.

O cumprimento dos compromissos da operação 7.3.2 «Apoio Zonal Castro Verde» - «Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio», previstos nas alíneas a) e d) do art.º 25.º do regulamento de aplicação aprovado pela Portaria n.º 56/2015 de 27 de fevereiro, é efetuado através do preenchimento de registo de atividades, existindo um modelo para preenchimento (Anexo VII), bem como as respetivas instruções de preenchimento (Anexo IX) disponíveis no balcão do beneficiário/site do PDR2020.

O cumprimento dos compromissos da operação 7.3.2 «Apoio Zonal Outras Áreas Estepárias» - «Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio», previstos nas alíneas a) e e) do art.º 26.º do regulamento de aplicação aprovado pela Portaria n.º 56/2015 de 27 de fevereiro, é efetuado através do preenchimento de registo de atividades, existindo um modelo para preenchimento (Anexo VIII), bem como as respetivas instruções de preenchimento (Anexo IX) disponíveis no balcão do beneficiário/site do PDR2020.

2.3 AÇÃO 7.4 «CONSERVAÇÃO DO SOLO»

2.3.1 Lista das culturas dicotiledóneas

Para efeitos do cumprimento do compromisso opcional previsto na alínea b) do art.º 12.º do regulamento de aplicação, aprovado pela Portaria n.º 50/2015, de 25 de fevereiro, apresenta-se de seguida a lista de culturas dicotiledóneas:

- i. Colza;
- ii. Ervilha;
- iii. Fava;
- iv. Grão-de-bico;
- v. Linho;
- vi. Tremço;

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural</small> <small>A Europa investe nas zonas rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 10 de 50

 <div>PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020</div> <div>GUIA DO BENEFICIÁRIO</div>	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

vii. Outras leguminosas secas;

2.4 AÇÃO 7.6 «CULTURAS PERMANENTES TRADICIONAIS»

2.4.1 Culturas Permanentes Tradicionais - Densidades

Para efeitos do cumprimento do compromisso relativo às densidades da operação 7.6.1 «Culturas Permanentes Tradicionais» previsto na alínea d) do art.º 30.º da Portaria n.º 50/2015 de 25 de fevereiro, esclarece-se que no Anexo VII dessa Portaria, no que diz respeito às densidades do pomar tradicional do Algarve, o misto de culturas permanentes definidas (alfarrobal, amendoal, figueiral) pode incluir olival, desde que as espécies fruteiras sejam dominantes.

2.5 AÇÃO 7.7 «PASTOREIO EXTENSIVO»

2.5.1 Lista das culturas melhoradoras

Para efeitos do cumprimento do compromisso da operação 7.7.2 «Manutenção de Sistemas Agrosilvopastoris sob Montado» previsto na alínea d) do art.º 48.º do regulamento de aplicação aprovado pela Portaria n.º 50/2015 de 25 de fevereiro, apresenta-se de seguida a lista de culturas melhoradoras:

- i. Luzerna
- ii. Tremocilha
- iii. Tremoço
- iv. Trevo
- v. Outras leguminosas forrageiras, como a biserrula e a serradela

Relativamente à definição de "Culturas Melhoradoras", consideram-se naturalmente incluídas as consociações de culturas melhoradoras com cereais forrageiros.

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

2.6 AÇÃO 7.10 «SILVOAMBIENTAIS»

2.6.1 Galerias Ripícolas - Normativo

Para efeitos do cumprimento do compromisso da operação 7.10.2 «Manutenção de galerias ripícolas» previsto na alínea d) do art.º 48.º do regulamento de aplicação aprovado pela Portaria n.º 58/2015 de 2 de março a Orientação Técnica Específica elaborada pelo ICNF, I.P. encontra-se disponível no seguinte *link*:

http://www.icnf.pt/portal/florestas/foflo/pdr2020/resource/doc/otegripicola_2fev2015



PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO
RURAL 2014-2020

GUIA DO BENEFICIÁRIO

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

ORIENTAÇÃO TÉCNICA
ESPECÍFICA

N.º 4/ 2015

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ANEXO I

CADERNO DE CAMPO

Ano _____

IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Nome: _____	NIF: _____	NIFAP: _____	DRAP: _____
Morada: _____	Cód. Postal: _____		
Localização: Concelho: _____	Freguesia: _____		
Telef.: _____	Telem.: _____	Email: _____	
Fax: _____			
SEDE			
Morada: _____	Cód. Postal: _____		
Telef.: _____	Telem.: _____	Email: _____	
Fax: _____			
PROMOTOR DA CANDIDATURA			
Cargo: _____			
Nome: _____	NIF: _____	NIFAP: _____	
Morada: _____	Cód. Postal: _____		
Telef.: _____	Telem.: _____	Email: _____	
Fax: _____			
PRODUÇÃO EM AB:	Vegetal <input type="checkbox"/>	Pecuária <input type="checkbox"/>	Transformação <input type="checkbox"/>
Assistência técnica	<input type="checkbox"/>	Técnico assistente (AB):	Área em AB (ha): _____
PRODUÇÃO EM PROD:	Vegetal <input type="checkbox"/>	Pecuária <input type="checkbox"/>	Transformação <input type="checkbox"/>
Assistência técnica	<input type="checkbox"/>	Técnico assistente (PROD):	Área em PROD (ha): _____
			ÁREA TOTAL (ha): _____
			Área em conv. (ha): _____

GUIA DO BENEFICIÁRIO

ORIENTAÇÃO TÉCNICA
ESPECÍFICA

N.º 4/ 2015

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

ZONA HOMOGENA	CONVERSÃO	C1	C2	C3	ÁREA (ha)	TIPO REGA
CULTURA/ GRUPO	VARIEDADE (dentros das) CULTURAS (hortícolas)					

DATA	JUSTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO	ESTIMATIVA DO RISCO	OPER.CULTURAL CONT.INFESTANTES	IRRIGAÇÃO FERTIRRIGAÇÃO	FERTILIZAÇÃO	TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO	PRODUÇÃO VENDAS	VISITAS E INTERVENIENTES
Data (dia ou período)	Motivo (Estado do solo, infestantes, Fator climático, etc)	Praga, Doença, Fauna auxiliar	Tipo intervenção, Controlo infestantes, Sementeira, Plantação	Débito/dia Dotação de rega	Adubo verde, Matéria orgânica, Produto comercial	Méio de luta Produto comercial	Colheita Designação do produto Tipo de embalagem	Operador /aplicador Técnico /AT / OC (nome e rubrica)
Estado fenológico ou cultura hortícola (1)	Quantificação Armadilha /contagens Observação visual	Quantificação Armadilha /contagens Observação visual	Equipamento Herbicida Quantificação	Fertilizante Quantificação	Espécies (ad. verde) Quantificação	Quantificação (concent./dose / quantidade calda)	Quantificação Lote nº / Destino	Área trabalhada Nº horas (4)
Observações								
Observações								
Observações								
Observações								

(1) No caso de uma só cultura (ex.: perene, cultura anualmente), identificar o estado fenológico, no caso de várias culturas por zona homogênea (ex.: hortícolas), identificar apenas a cultura.
(2) No caso de colocação de armadilhas de monitorização, indicar a sua localização através do n.º de plotagem, do campo "quantificação".
(3) No caso de rega diária com dotações constantes, basta indicar apenas as datas do início e do término e as alterações imediatas dos débitos. As dotações de rega também estão sujeitas a justificação.
(4) Quando o técnico do organismo de controlo (OC) registar não-conformidades no seu relatório, deve referir na linha "Observações". O técnico de assistência técnica (AT) deve registar as recomendações na linha "Observações", ou remeter para anexo. Apenas o registo do nome e a rubrica dos técnicos do OC e de AT são obrigatórios, sendo facultativo para outros intervenientes.

REGISTO VEGETAL/ PÁGINA Nº

GUIA DO BENEFICIÁRIO

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

DATA	JUSTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO	ESTIMATIVA DO RISCO	OPER.CULTURAL CONT.INFESTANTES	IRRIGAÇÃO FERTIRRIGAÇÃO	FERTILIZAÇÃO	TRATAMENTO FITOSSANITÁRIO	PRODUÇÃO VENDAS	VISITAS E INTERVENIENTES
Data (dia ou período)	Motivo (Estado do solo, infestantes, Factor climático, etc)	Praga, Doença, Fauna auxiliar	Tipo intervenção, Controlo infestantes, Sementeira, Plantação	Débitoidia Dotação de rega	Adubo verde, Materia orgânica, Produto comercial	Meio de luta Produto comercial	Colheita Designação do produto Tipo de embalagem	Operador /aplicador Técnico /AT / OC (nome e rubrica)
Estado fenológico ou cultura horticola (1)	Quantificação	Quantificação Armadilha /contagens Observação visual (2)	Equipamento Herbicida Quantificação	Fertilizante Quantificação (3)	Espécies (ad.verde) Quantificação	Quantificação (concent./dose / quantidade calda)	Quantificação Lote nº / Destino	Área trabalhada Nº horas (4)
Observações								
Observações								
Observações								
Observações								
Observações								
Observações								

REGISTO VEGETAL/ PÁG Nº

ESPÉCIE ANIMAL	GRUPO HOMOGÊNEO	DATA	JUSTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO	ALTERAÇÃO Nº ANIMAIS	ALIMENTAÇÃO ANIMAL	OPER. GERAIS E GESTÃO EFICIENTES	CONTROLO SANITÁRIO	PRODUÇÃO VENDAS	VISITAS E INTERVENIENTES
data (dia ou período)		Facto ocorrido Diagnóstico	Motivo (Doc. justificativo)	Silagem, Feno-silagem, Forragem, Alimento composto (composição) Aditivos, Pastagens	Tipo intervenção (3) Tipo efluente	Método, Medida Produto / S. activa	Designação do produto Tipo de embalagem	Operador / tratador Técnico / AT / OC (nome e rubrica)	
Animais alvo		Quantificação	Quantificação Nº total catual (1)	Quantificação Parcela/ Zona homogênea (2)	Material / equipam. Destino Quantificação	Posologia Quantificação (4)	Quantificação Lote nº / Destino	Nº animais / Nº horas (5)	
Observações									
Observações									
Observações									

(1) Registrar os nascimentos e mortes ocorridos num período de tempo pré-definido (ex.: quinzenalmente, mensalmente). Poderá remeter para o registo do Livro de Registo de Existências e Deslocações.
(2) Registrar apenas as alterações ocorridas, isto é, o início de uma determinada dieta e os dias em que haja alteração da dieta anteriormente registada. Sempre que iniciar uma dieta com um alimento composto, indicar a proporção dos vários ingredientes.
(3) Exemplos de operações gerais: cortes de cauda, torquias, estabulação, agarradas, cortes de bicos, manutenção de estruturas; períodos de acesso a áreas de movimentação livre.
(4) Poderá remeter para o registo do Livro de Registo de Medicamentos, ou para o Plano de Profilaxia Médica e Sanitária.
(5) Quando o técnico do organismo de controlo (OC) registar sub-conformidades no seu relatório, deve referir na linha "Observações". O técnico de assistência técnica (AT) deve registar as recomendações na linha "Observações", ou remeter para anexo. Apenas o registo do nome e a rubrica dos técnicos do OC e de AT são obrigatórios, sendo facultativo para outros intervenientes.

REGISTO ANIMAL/ PÁG Nº

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

DATA	JUSTIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO	ALTERAÇÃO Nº ANIMAIS	ALIMENTAÇÃO ANIMAL	OPER. GERAIS E GESTÃO EFICIENTES	CONTROLO SANITÁRIO	PRODUÇÃO VENDAS	VISITAS E INTERVENIENTES
data (dia ou período)	Facto ocorrido Diagnóstico	Motivo (Doc. Justificativo)	Silagem, Feno-silagem, Forragem, Alimento composto (composição) Aditivos, Pastagens	Tipo intervenção (3) Tipo efluente	Método, Medida Produto / S. activa	Designação do produto Tipo de embalagem	Operador / tratador Técnico / AT / OC (nome e rubrica)
Animais alvo	Quantificação	Quantificação N.º total catual (1)	Quantificação Parcela/ Zona homogénea (2)	Material / equipam. Destino Quantificação	Posologia Quantificação (4)	Quantificação Lote nº / Destino	N.º animais / N.º horas (5)
Observações							
Observações							
Observações							
Observações							
Observações							

REGISTO ANIMAL/ PÁG Nº

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

ANEXO I – REGISTO DE AQUISIÇÕES / ENTRADAS

[illegible]

(1) Identificar a origem quando o produto é proveniente do exterior da unidade: fornecedor, exploração, região, país. Registro facultativo quando a origem esteja explícito em documento anexo.

(2) Local ou animais da unidade a que se destina: *carcela, zoológico, transformação, armazém, etc.*

(3) Para facilitar a identificação, pode-se assinalar os documentos de compra com números sequenciais para os identificar nesta coluna.

ANEXO I / PÁG Nº

ANEXO II - PLANO DE FERTILIZAÇÃO

O agricultor deve apresentar um plano de fertilização contendo a informação solicitada neste anexo. Este modelo é um guia de orientação, não obrigatório.

ZONA HOMOGÉNEA ÁREA (ha) CULTURA(S)

1) CORRECÇÕES DO SOLO (ex: matéria orgânica, calcário, gesso, enxofre, argila, pó de rocha)

Produto	Quantidade (ton/ha)	Época(s) prevista(s)/fracionamento	N fornecido (kg/ha)	Observações (1)

(1) Deverem ser indicadas práticas que visem a melhoria do estado de fertilidade do solo.

2) FERTILIZAÇÃO AZOTADA

A fertilização azotada deve ser calculada e planeada de forma a evitar excedentes. No seu cálculo devem ser contabilizados e deduzidos os principais fornecimentos secundários.

Consumo estimado da cultura (kg N/ha) (2) para uma produção esperada de (2) (2) em caso de hortícolas considerar a cultura mais exigente

(A) Azoto proveniente da mineralização da MO do solo (kg N/ha)	<input type="text"/>
(B) Azoto proveniente das correções orgânicas (kg N/ha)	<input type="text"/>
(C) Azoto proveniente de adubos verdes (kg N/ha)	<input type="text"/>
(D) Azoto proveniente da dose total estimada da água de rega (kg N/ha)	<input type="text"/>
Fornecimentos involuntários (kg N/ha) (A+B+C+D)	<input type="text"/>
Azoto necessário = Consumo estimado – Fornecimentos involuntários (kg N/ha)	<input type="text"/>

3) FERTILIZANTES PREVISTOS PARA APLICAÇÃO

Designação do produto	Quantidade (kg ou L/ha)	Composição do produto (%)						Quantidade de nutriente a fornecer (kg ou L/ha)						Época(s) prevista(s)/fracionamento
		N	P	K	Ca	Mg	Micronutrientes (especificar)	N	P	K	Ca	Mg	Micronutrientes (especificar)	

OBSERVAÇÕES:

Descrever sucintamente as medidas preventivas de carácter sanitário que o produtor planeia adotar em relação a cada um dos parâmetros referidos, quando aplicável. O agricultor deve apresentar um plano contendo a informação solicitada neste anexo. Este modelo é um guia de orientação, não obrigatório.

PARÂMETRO	MEDIDAS HIGIENIZANTES E DE BIOSEGURANÇA PREVISTAS	PERÍODO
Controlo de entrada na exploração		
Veículos (ex.: rodilúvio, arcos de desinfecção)		
Pessoas (ex.: barreira física, pedilúvio, vestiário, outras)		
Animais (ex.: barreira física /limites)		
Limpeza e desinfecção dos veículos de transporte		
Produtos a utilizar na lavagem e na desinfecção		
Centro de lavagem e desinfecção (se utilizado)		
Controlo de animais domésticos e selvagens		
Controlo de roedores e/ou de insectos		
Controlo da qualidade da água		
Proveniência /renovação		
Plano de análise de águas		
Controlo da armazenagem dos alimentos		
Limpeza, lavagem, desinfecção e manutenção de alojamentos e equipamentos		
Lavagem e desinfecção de instalações		
Limpeza de equipamentos		
Vazio sanitário (ex.: instalações, rotação de pastagens)		
Remoção de camas e dejectos		
Periodicidade		
Destino (espalhamento, compostagem, outros)		

GUIA DO BENEFICIÁRIO

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

ANEXO IV - PLANO DE REPRODUÇÃO

O agricultor deve apresentar um plano de reprodução contendo a informação solicitada neste anexo.
Este modelo é um guia de orientação, não obrigatório.

MANEIO REPRODUTIVO

☐ Cruzamentos de linha pura ☐ Cruzamentos industriais ☐ Raça do pai ☐ Raça da mãe
☐ Cruzados indeterminados ☐ Raça

FÊMEAS

1. Critério para estabelecimento de lotes (Ponto 7 da norma técnica Prodi)	Idade	Estado reprodutivo	Finalidade produtiva	Utilização de parcelas, instalações	Raça	2. Método reprodutivo (Ponto 7 da norma técnica Prodi)	Cobrição	4. Época de partos ajustada	5. Época de cobrição/inseminação	6. Longevidade reprodutiva máxima	7. Reinício da reprodução após o parto	8. Assistência pós-partos	11. Renovação do efetivo reprodutor	Do efetivo provenientes da exploração	Adquiridos no exterior da exploração

MACHOS REPRODUTORES

1. Renovação do efetivo reprodutor	Do efetivo provenientes da exploração	Adquiridos no exterior da exploração
2. Idade para início da atividade reprodutiva		3. Peso e condição corporal mínimo no início do ciclo de cobrições
4. Avaliação da aptidão para a reprodução (apenas para animais de linha pura e deve ser resultante da respetiva informação do LGIRZ)		

OBSERVAÇÕES:

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014·2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

ANEXO II

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO CADERNO DE CAMPO

O caderno de campo, quando manuscrito, deve ser preenchido em **MAIÚSCULAS** para ser mais facilmente legível. Em alternativa, pode ser preenchido em suporte informático.

As visitas dos técnicos, quer no âmbito do controlo, quer no âmbito da assistência técnica à exploração, devem ficar registadas e rubricadas no caderno de campo.

O caderno de campo é constituído por folhas intituladas por:

- i. Folha 1 – Identificação do Beneficiário;
- ii. Folha 2 - Caracterização/Planificação da área sob compromisso da exploração;
- iii. Folha 3 - Caracterização do Efetivo Pecuário sob compromisso na exploração;
- iv. Folhas 4 e 5 - Registos da Componente Vegetal;
- v. Folha 5 e 6 - Registos da Componente Animal;
- vi. Anexo I – Registo de Aquisições/Entradas;
- vii. Anexo II- Plano de Fertilização;
- viii. Anexo III - Plano de Boas Práticas de Higiene;
- ix. Anexo IV - Plano de Reprodução.

As folhas do caderno de campo podem ser multiplicadas de acordo com as necessidades de registo.

FOLHA 1 – IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Para preenchimento dos dados do beneficiário: identificação, localização da exploração; modo de produção praticado e identificação do OC.

FOLHA 2 - CARACTERIZAÇÃO/PLANIFICAÇÃO DA ÁREA SOB COMPROMISSO DA EXPLORAÇÃO

Os registos da componente vegetal são efetuados por zonas homogéneas. A **Zona Homogénea** tanto pode corresponder a parte de uma parcela, como a mais do que uma parcela. Tanto quanto possível deve ser delimitada com base:

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe na tua vida rural</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 24 de 50



- a. No caso das **culturas arbóreas e arbustivas**, no conjunto de parcelas/subparcelas, compreendendo as mesmas características dominantes quanto à natureza do solo, à topografia e exposição, à idade plantas e às práticas culturais;
- b. No caso das **culturas anuais**, no conjunto das parcelas/subparcelas, compreendendo as mesmas características dominantes quanto à natureza do solo, à topografia, ao passado cultural e às práticas culturais.

Por exemplo, uma mesma zona homogénea, para efeitos de registo no presente caderno decampo,

- i. Não deve contemplar conjuntamente área em conversão e área em produção biológica;
- ii. Pode incluir uma vinha com várias castas, desde que as outras características dominantes sejam uniformes e a finalidade da produção seja a mesma (uva para vinho ou uva de mesa).

Cada zona homogénea deve ser identificada na coluna "Zona homogénea" por letras maiúsculas de forma sequencial, as quais devem ser utilizadas também nas folhas seguintes.

A numeração sequencial das parcelas deve seguir, sempre que possível, a numeração efetuada no âmbito do Pedido Único (PU) e deve manter-se, sempre que possível, essa numeração durante o período do compromisso.

As notas (1) a (6) ao quadro "Caracterização/planificação da área sob compromisso da exploração" fornecem outros esclarecimentos para o seu preenchimento.

FOLHA 3 - CARACTERIZAÇÃO DO EFECTIVO PECUÁRIO SOB COMPROMISSO NA EXPLORAÇÃO

Os registos da componente animal são efetuados por grupos homogéneos. O **Grupo Homogéneo** deve ser delimitado com base:

- a. Grupo de animais existentes na exploração com características semelhantes de espécie e raça, cujo manejo é efetuado em termos de lote.

Quando o efetivo seja inferior ou igual a 10 cabeças normais (CN), o grupo homogéneo pode ser delimitado apenas pela espécie, independentemente da raça.

Quando o efetivo seja inferior ou igual a 10 cabeças normais (CN) e constituído por pequenos ruminantes, havendo duas espécies e sendo uma delas inferior a uma proporção de 25% do efetivo total, pode ser considerado grupo homogéneo neste caderno de campo.



Patricia Cotrim

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Por exemplo, num mesmo grupo homogéneo não podem coexistir animais em conversão e animais em produção biológica.

Cada grupo homogéneo deve ser identificado na coluna "Grupo homogéneo", através da atribuição de maiúsculas de forma sequencial, a qual deve ser utilizada no preenchimento dos quadros seguintes.

As notas (1) e (2) ao quadro "Caracterização do efetivo pecuário sob compromisso na exploração" fornecem outros esclarecimentos para o seu preenchimento

FOLHA 4 E 5 - REGISTOS DA COMPONENTE VEGETAL

Qualquer intervenção na cultura, incluindo o solo e a envolvente diretamente relacionada, deve ser registada na coluna respetiva, sendo também importante o registo da sua justificação (coluna "Justificação da intervenção" ou coluna "Estimativa do risco").

As dotações de rega devem ser justificadas tendo por base, por exemplo, o balanço hídrico, os Avisos de Rega ou um sistema de controlo das necessidades de rega (ex.: tensiómetro). De qualquer forma, **as dotações de rega devem ter em conta a evapotranspiração da cultura (ETc) e nunca deverão exceder a capacidade utilizável (RU) do solo.**

Para cada registo existem três linhas, sendo a primeira destinada à descrição da operação, a segunda normalmente para quantificações e a terceira para eventuais observações adicionais.

As visitas, quer do Técnico assistente (AT) quer do Técnico do Organismo de Controlo (OC), devem ser assinaladas com o nome e rubrica na coluna "Visitas e Intervenientes".

Os registos relativos a outros intervenientes (ex.: podadores, operadores de máquinas, aplicadores), a áreas trabalhadas e à duração da tarefa, sendo importantes sobretudo para o historial da exploração, são de carácter facultativo.

As notas (1) a (4) ao quadro dos registos da componente vegetal fornecem outros esclarecimentos para o seu preenchimento.

FOLHA 6 E 7 - REGISTOS DA COMPONENTE ANIMAL

O quadro relativo à componente animal destina-se aos registos do tipo de intervenção efetuado e da respetiva da justificação, com a devida quantificação, sempre que aplicável.

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe nas zonas rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 26 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Para cada registo existem três linhas, sendo a primeira para a descrição da operação, a segunda para quantificações e a terceira para eventuais observações adicionais.

Nestas folhas, sempre que os registos solicitados já constem de documentos oficiais obrigatórios, bastará remeter para a página do documento oficial em questão.

Por exemplo, a coluna "Alteração do N.º de Animais" poderá indicar apenas o n.º total de nascimentos e de mortes que ocorreram durante um período definido (15 dias ou um mês).

No caso de bovinos, remeter a consulta para as páginas do Livro de Registo de Existências e Deslocações, que contêm o registo desta informação para este período de tempo.

A coluna referente a "Visitas e Intervenientes" deverá ser preenchida com o nome do Operador, do Tratador, do Técnico assistente ou do Técnico do Organismo de Controlo (OC).

Estes dois últimos devem ainda inscrever a sua rubrica. No caso de se referir ao Operador ou ao Tratador, deverá ainda ser registado.

As visitas, quer do Técnico assistente (AT) quer do Técnico do Organismo de Controlo (OC), devem ser assinaladas com o nome e rubrica na coluna "Visitas e Intervenientes".

Os registos relativos a outros intervenientes (ex.: tratadores, operadores) ao número de animais e à duração do trabalho, sendo importantes, sobretudo para o historial da exploração, são de carácter facultativo.

As notas (1) a (5) ao quadro dos registos da componente animal fornecem outros esclarecimentos para o seu preenchimento.

ANEXO I - REGISTO DE AQUISIÇÕES/ENTRADAS

Pretende-se que o beneficiário registre todas as aquisições/entradas de fatores de produção aplicados na área de compromisso. Podem ser produtos fitofarmacêuticos, fertilizantes, rações, sementes, etc., e devem ser designados pelo seu nome comercial.

Adicionalmente deve ser indicado o tipo de produto (ex.: adubo, corretivo, fungicida, desinfetante, etc.), o qual pode ser registado conjuntamente na coluna "Produto" ou na coluna "Observações".

As notas (1) a (3) ao quadro Anexo I fornecem outros esclarecimentos para o seu preenchimento.



GUIA DO BENEFICIÁRIO

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

ANEXO II - PLANO DE FERTILIZAÇÃO

Pretende-se que o beneficiário apresente uma estimativa dos fertilizantes a aplicar, com base nos resultados dos boletins de análise e nas produções esperadas.

Deve ser elaborado um plano por zona homogénea, se a diferença entre zonas homogéneas o justificar.

O Plano de Fertilização é obrigatório, mas pode ser apresentado segundo outro modelo, desde que contenha a informação solicitada neste Anexo II.

ANEXO III - PLANO DE BOAS PRÁTICAS DE HIGIENE

Neste quadro deve inscrever de forma sucinta as medidas preventivas de carácter sanitário que planeia adotar em relação a cada um dos parâmetros referidos, quando aplicável.

O Plano de Boas Práticas de Higiene é obrigatório, mas pode ser apresentado segundo outro modelo, desde que contenha a informação solicitada neste Anexo III.

ANEXO IV - PLANO DE REPRODUÇÃO

O Plano de Reprodução aplica-se a ovinos, caprinos, bovinos e suínos. É obrigatório, mas pode ser apresentado segundo outro modelo, desde que contenha a informação solicitada neste Anexo IV.

DOCUMENTOS ANEXOS AO CADERNO DE CAMPO

Para efeitos de controlo por parte do OC e assistência técnica devem estar sempre anexados os seguintes documentos:

- i. Cópia de contrato com o OC;
- ii. Boletins de análise de terra, água e material vegetal;
- iii. Faturas ou outros documentos comprovativos de aquisição e utilização de fatores de produção, como p.e. produtos fitofármacos, matérias fertilizantes, alimentos para animais, medicamentos, produtos de limpeza e desinfeção, embalagens, entre outros;
- iv. Certificados ou outros documentos emitidos pelo OC, nomeadamente o relatório de controlo;
- v. Livro de registo das existências e deslocações;
- vi. Livro de registo de medicamentos.

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____						Ano ____					
		Maneio do gado (CN)			Percursos(s)			Maneio do gado (CN)			Percursos(s)		
		Out/Dez	Jan/Fev	Mar/Mai	Jun/Set	(n.º)	Área (ha)	Out/Dez	Jan/Fev	Mar/Mai	Jun/Set	(n.º)	Área (ha)

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____						Ano ____					
		Maneio do gado (CN)			Percursos(s)			Maneio do gado (CN)			Percursos(s)		
		Out/Dez	Jan/Fev	Mar/Mai	Jun/Set	(n.º)	Área (ha)	Out/Dez	Jan/Fev	Mar/Mai	Jun/Set	(n.º)	Área (ha)

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____						Ano ____					
		Maneio do gado (CN)			Percursos(s)			Maneio do gado (CN)			Percursos(s)		
		Out/Dez	Jan/Fev	Mar/Mai	Jun/Set	(n.º)	Área (ha)	Out/Dez	Jan/Fev	Mar/Mai	Jun/Set	(n.º)	Área (ha)

Patricia Cotrim

A GESTORA: Patricia Cotrim

19.03.2015

Pág. 31 de 50

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____				Ano ____			
		Grau infestantes (1)	Tipo intervenção (2)	Área	DATA	Grau infestantes (1)	Tipo intervenção (2)	Área	Data

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____				Ano ____			
		Grau infestantes (1)	Tipo intervenção (2)	Área	Data	Grau infestantes (1)	Tipo intervenção (2)	Área	Data

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____				Ano ____			
		Grau infestantes (1)	Tipo intervenção (2)	Área	Data	Grau infestantes (1)	Tipo intervenção (2)	Área	Data

(1) Elevado, médio e baixo
(2) Corte, arranque, sementeira espécies melhoradoras...

Patricia Cotrim

A GESTORA: Patrícia Cotrim

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____		Ano ____	
		Tipo intervenção (1)	Área	Tipo intervenção (1)	Área

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____		Ano ____	
		Tipo intervenção (1)	Área	Tipo intervenção (1)	Área

Zona homogénea	Área candidata (ha)	Ano ____		Ano ____	
		Tipo intervenção (1)	Área	Tipo intervenção (1)	Área

(1) Roçar mato, fogo controlado

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

ANEXO IV

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO PLANO DE GESTÃO DO PASTOREIO EM ÁREAS DE BALDIO NO AZ PENEDA-GERÊS

O Plano de gestão do pastoreio aplica-se a todos os beneficiários do apoio gestão do pastoreio em áreas de baldio do Apoio Zonal de carácter agroambiental da Peneda-Gerês.

Pág. 1 - G1

Documentos anexos

Ao Plano de Gestão, o beneficiário deve anexar os documentos indicados, que assinalará no quadrado adequado.

Constituição do Plano de Gestão

Para o preenchimento dos quadros referentes à Caracterização da Área Candidata (G2) e ao Apoio Agroambiental Gestão do Pastoreio (Act.1 a Act.4) poderão ser adicionadas folhas, se necessário.

Proposta

O beneficiário poderá apresentar o Plano de Gestão pela primeira vez, ou como alteração ao já apresentado anteriormente, pelo que deve assinalá-lo devidamente no quadrado adequado.

Pág. 2 - G2

Caracterização da Área Candidata

O preenchimento do Plano de Gestão deve fazer-se por Zona Homogénea, a qual se entende como o conjunto de parcelas/subparcelas com a mesma utilização e ocupação, sujeita a uma gestão comum.

Consultar a nota (1) para preenchimento do quadro.

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe na tua ruralidade</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 35 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Pág. 3 a 6 – Act1 a Act4

Apoio Agroambiental “Gestão do pastoreio em áreas de baldio”

Os quadros relativos às atividades no âmbito do apoio agroambiental destinam-se a descrever de forma detalhada, ano a ano, as Atividades que o beneficiário vai desenvolver no âmbito do seu Plano Gestão.

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
GUIA DO BENEFICIÁRIO		
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

ANEXO V

REGISTO DAS ATIVIDADES E DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ELA MANUTENÇÃO DA ROTAÇÃO DE SEQUEIRO CEREAL-POUSIO NO AZ MONTESINHO-NOGUEIRA

Aplica-se a todos os beneficiários do apoio à manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio no AZ Montesinde-Nogueira.

Este documento está dividido em três partes:
A1. Identificação do beneficiário
B1. Registo das actividades no âmbito do apoio
B2. Registo das visitas de acompanhamento da Estrutura Local de Apoio

A1- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Designação:	NIF:		
Localização: Concelho	Freguesia	NIFAP:	
SEDE			
Morada:		Cód. Postal	
Telef.	Fax	Telem.	Email
RESPONSÁVEL			
Cargo:			
Nome:			
Morada:		Cód. Postal	
Telef.	Fax	Telem.	Email

Constituição do Registo de Atividades e das Visitas da ELA	
A1	- n.º folhas
B1	- n.º folhas
B2	- n.º folhas
Todas as folhas devem ser rubricadas	

Página n.º ____ / ____

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA EDO-AM	 UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa Investe no seu futuro	 A GESTORA: Patricia Cotrim	19.03.2015 Pág. 37 de 50
---	---	---	---------------------------------



GUIA DO BENEFICIÁRIO

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

B2

B2. REGISTO DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

Visita n.º	Observações /Recomendações¹	Identificação dos técnicos		Data e carimbo
1		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____
2		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____
3		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____
4		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____
5		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____
6		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____
		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	____/____/____

Página n.º ____/____

¹ Deve ser registado o tipo de observação realizada e a sua conformidade com os compromissos específicos de cada apoio e as instruções emitidas pela EIA.




Patricia Cotrim

A GESTORA: Patrícia Cotrim

19.03.2015

Pág. 39 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

ANEXO VI

REGISTO DAS ATIVIDADES E DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ELA

MANUTENÇÃO DA ROTAÇÃO DE SEQUEIRO CEREAL-POUSIO NO AZ DOURO INTERNACIONAL, SABOR, MAÇÃS E VALE DO CÔA

Aplica-se a todos os beneficiários do apoio à manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio no AZ Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa.

Este documento está dividido em três partes:

- A1. Identificação do beneficiário
- B1. Registo das actividades no âmbito do apoio
- B2. Registo das visitas de acompanhamento da Estrutura Local de Apoio

A1- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Designação:	NIF:		
Localização: Concelho	Freguesia		
SEDE	NIFAP:		
Morada:	Cód. Postal		
Telef.	Fax	Telem.	Email
RESPONSÁVEL			
Cargo:			
Nome:			
Morada:	Cód. Postal		
Telef.	Fax	Telem.	Email

Constituição do Registo de Atividades e das Visitas da ELA	
A1	- fls.º folhas
B1	- fls.º folhas
B2	- fls.º folhas
Todas as folhas devem ser rubricadas	

Página n.º ____ / ____

 GOVERNO DE PORTUGAL MINISTÉRIO DA AGRICULTURA 1300-040	 UNIAO EUROPEIA Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural A Europa investe na tua vida	<i>Patricia Cotrim</i> A GESTORA: Patricia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 40 de 50



GUIA DO BENEFICIÁRIO

MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

B2

B2. REGISTO DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

Visita n.º	Observações /Recomendações¹	Identificação dos técnicos		Data e carimbo
1		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
2		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
3		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
4		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
5		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
6		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__

Página n.º __/__

¹ Deve ser registado o tipo de observação realizada e a sua conformidade com os compromissos específicos de cada apoio e as instruções emitidas pela EIA.

Patricia Cotrim

A GESTORA: Patrícia Cotrim

19.03.2015

Pág. 42 de 50

ANEXO VII

**REGISTO DAS ATIVIDADES E DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ELA
MANUTENÇÃO DA ROTAÇÃO DE SEQUEIRO CEREAL-POUSIO NO AZ CASTRO VERDE**

Aplica-se a todos os beneficiários do apoio à manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio no AZ Castro Verde.

Este documento está dividido em três partes:

- A1. Identificação do beneficiário
- B1. Registo das actividades no âmbito do apoio
- B2. Registo das visitas de acompanhamento da Estrutura Local de Apoio

A1- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Designação:	NIF:		
Localização: Concelho	Freguesia	NIFAP:	
SEDE			
Morada:		Cód. Postal	
Telef.	Fax	Telem.	Email
RESPONSÁVEL			
Cargo:			
Nome:			
Morada:		Cód. Postal	
Telef.	Fax	Telem.	Email

Constituição do Registo de Atividades	
e das Visitas da ELA	
A1	- D.º folhas
B1	- D.º folhas
B2	- D.º folhas
Todas as folhas devem ser rubricadas	

Página n.º ____ / ____



GUIA DO BENEFICIÁRIO

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

B2

B2. REGISTO DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

Visita n.º	Observações /Recomendações¹	Identificação dos técnicos		Data e carimbo
1		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
2		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
3		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
4		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
5		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
6		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
7		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__

Página n.º __/__

¹ Deve ser registado o tipo de observação realizada e a sua conformidade com os compromissos específicos de cada apoio e as instruções emitidas pela EIA.




Patricia Cotrim

A GESTORA: Patrícia Cotrim

19.03.2015

Pág. 45 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
GUIA DO BENEFICIÁRIO		
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

ANEXO VIII

REGISTO DAS ATIVIDADES E DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ELA

MANUTENÇÃO DA ROTAÇÃO DE SEQUEIRO CEREAL-POUSIO NO AZ OUTRAS ÁREAS ESTEPÁRIAS

Aplica-se a todos os beneficiários do apoio à manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio no AZ Outras Áreas Estepárias.

Este documento está dividido em três partes:

- A1. Identificação do beneficiário
- B1. Registo das actividades no âmbito do apoio
- B2. Registo das visitas de acompanhamento da Estrutura Local de Apoio

A1- IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Designação:	NIF:		
Localização: Concelho	Freguesia	NIFAP:	
SEDE			
Morada:		Cód. Postal	
Telef.	Fax	Telem.	Email
RESPONSÁVEL			
Cargo:			
Nome:			
Morada:		Cód. Postal	
Telef.	Fax	Telem.	Email

Constituição do Registo de Atividades	
e. das Visitas da ELA	
A1	- D.º folhas
B1	- D.º folhas
B2	- D.º folhas
Todas as folhas devem ser rubricadas	

Página n.º ____ / ____

 GOVERNO DE PORTUGAL	 MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	 UNIÃO EUROPEIA	 Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural	A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
					Pág. 46 de 50



GUIA DO BENEFICIÁRIO

ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)

B2

B2. REGISTO DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

Visita n.º	Observações /Recomendações¹	Identificação dos técnicos		Data e carimbo
1		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
2		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
3		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
4		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
5		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
6		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__
7		Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	Nome _____ Rubrica _____ Entidade _____	__/__/__

Página n.º __/__

¹ Deve ser registado o tipo de observação realizada e a sua conformidade com os compromissos específicos de cada apoio e as instruções emitidas pela ELA.

Patricia Cotrim

A GESTORA: Patrícia Cotrim

19.03.2015

Pág. 48 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014 · 2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

ANEXO IX

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO REGISTO DE ATIVIDADES E DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ESTRUTURA LOCAL DE APOIO DO APOIO

O registo de atividades, quando manuscrito, deve ser preenchido em **MAIÚSCULAS** para ser mais facilmente legível. Em alternativa, pode ser preenchido em suporte informático.

As visitas de acompanhamento da ELA devem ficar registadas e rubricadas na folha própria e deve igualmente ser preenchidas em **MAIÚSCULAS** para ser mais facilmente legível.

O registo de atividades e das visitas de acompanhamento da ELA é constituído por folhas intituladas por:

A1. Identificação do beneficiário

B1. Registo das atividades no âmbito do apoio

B2. Registo das visitas de acompanhamento da Estrutura Local de Apoio

As folhas referentes ao Registo de Atividades no Âmbito do Apoio (B1) e ao Registo das Visitas de Acompanhamento da ELA (B2) devem ser multiplicadas de acordo com as necessidades de registo.

FOLHA A1 – IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO

Para preenchimento dos dados do beneficiário: identificação, localização da exploração e identificação do responsável quando aplicável.

FOLHA B1 - REGISTO DE ATIVIDADES NO ÂMBITO DO APOIO

O preenchimento do registo de atividades no âmbito do apoio deve ser efetuado utilizando as mesmas zonas homogéneas. A **Zona Homogénea** tanto pode corresponder a parte de uma parcela, como a mais do que uma parcela com a mesma utilização e ocupação.

Cada zona homogénea deve ser identificada na coluna "Zona homogénea" por letras maiúsculas de forma sequencial.

 GOVERNO DE PORTUGAL <small>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR</small>	 UNIÃO EUROPEIA <small>Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural</small> <small>A Europa investe nos jovens rurais</small>	 A GESTORA: Patrícia Cotrim	19.03.2015
			Pág. 49 de 50

 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020 GUIA DO BENEFICIÁRIO	ORIENTAÇÃO TÉCNICA ESPECÍFICA	N.º 4/ 2015
	MEDIDA 7 – AGRICULTURA E RECURSOS NATURAIS	
ASSUNTO: Informações complementares para aplicação da medida 7 (SIG-C)		

Qualquer intervenção na cultura, incluindo o solo e a envolvente diretamente relacionada, deve ser registada na coluna respetiva.

FOLHA B2 - REGISTO DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DA ELA

Pretende-se, neste quadro que sejam registadas as visitas de acompanhamento realizadas pela ELA, devendo ser referido o tipo de observação realizada, a sua conformidade com os compromissos específicos de cada apoio e as instruções emitidas pela ELA.

Deve ser registado o nome e rubrica do técnico da ELA que efetua a visita. Deve igualmente ser registada a entidade a que pertence.